

ACTA DA REUNIÃO DE 28 / 06 / 2014

ATA N.º 3/2014

-----A Assembleia Municipal de Sertã reuniu, no Salão do Edifício da Junta de Freguesia de Pedrogão Pequeno, em Sessão Ordinária, nos termos da Lei nº 75 de 12 de setembro de 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, no dia vinte e oito de junho de dois mil e catorze pelas 15 horas, presidida por Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, auxiliado pelos secretários Susana Margarida Farinha André e Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes. --

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, José Luis de Moura Martins Jacinto, José Paulo Barata Farinha, Susana Margarida Farinha André, João Carlos Silva Almeida, António José Lopes Simões, Cristina Alexandra dos Reis Nunes, Maria Isabel Nunes L. Marçal, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes, Hélder José Nunes Tomé, Paulo Jorge António Martins Ferreira, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Patrícia Alexandra Mendes Cadete, António Antunes Xavier, José Joaquim Nunes Mendes, Ângelo Rosa da Costa, Ramiro Alves da Silva, Joaquim José Costa dos Santos, Paula Maria Martins Fernandes, Diamantino Pires Calado Pina, Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, Amadeu Antunes Fernandes, Manuel Francisco Antunes Dias, José da Silva Nunes, Manuel Nogueira Figueiredo e Maria Gracinda Lourenço Marçal.- -----

Pediram a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite os seguintes deputados municipais: -----
Senhor Carlos Alberto Miranda (PS) por um dia, tendo sido substituído pelo deputado Jorge Miguel R. Farinha. -----

Senhor Luis Martins Ribeiro (PSD) por um dia, tendo sido substituído pela deputada Maria Isabel Nunes L. Marçal.-----

Senhor José Luís Eugénio Lopes (PSD) por um dia, tendo sido substituído pelo deputado Hélder José Nunes Tomé.-----

Senhora Maria de Lourdes P. Matos (PS) por um dia, tendo sido substituída pelo deputado António Antunes Xavier. -----

Faltaram os Senhores Deputados Jorge Miguel R. Farinha (PS), Márcia Filipa Caldeira Nunes, (PSD) António Manuel Cruz Oliveira Guerra (CDS- PP). -----

-----1 - PERÍODO DE “ANTES DE A ORDEM DO DIA”-----

-----Presidente da Assembleia: Declarou haver quórum e abriu a Sessão.-----

Deu as boas vindas a todos os presentes, agradecendo em especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedrogão Pequeno e a todos os que colaboraram na organização desta sessão. -----

De imediato colocou à votação a ata da Sessão realizada no dia 25 de abril de dois mil e catorze, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade não participando na votação os Senhores Deputados Maria Isabel Nunes L. Marçal, Hélder José Nunes Tomé, António Antunes Xavier, por não terem estado presentes na mesma Sessão. -----

A propósito da ata da última sessão da assembleia municipal referiu que estão anexos à mesma diversas declarações de voto. Dado que uma se refere à sua pessoa prestou alguns considerandos: *Dizia a declaração de voto do Senhor Deputado José Paulo Farinha que a sua abstenção devia-se a que o “ Projeto de Estatutos do Centro de Inovação e Competências da Floresta” foi recebido a setenta e duas horas da realização da sessão, no entanto o seu sentido de voto poderia sofrer alterações se os erros apontados fossem alterados, ficando a promessa do Presidente da Assembleia que os mandaria analisar.”* Avivou que o que referiu sobre os estatutos, foi que se fossem encontrados erros deviam ser corrigidos e entregues aos departamentos jurídicos intervenientes, nunca disse que iria analisar os estatutos, nem tecer comentários sobre situações jurídicas. -----

-----1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal.-----

Agradeceu os convites recebidos para esta Assembleia Municipal estar presente em diversos eventos. -----

-----1.2 – Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Manuel Francisco Dias (PS): Em nome da população da freguesia de Pedrogão Pequeno, deu as boas vindas a todos os presentes, manifestando ser um dia muito importante por ter reunido na freguesia o Poder Local do Concelho. -----

Alertou para as carências nomeadamente: rede viária bastante danificada, no entanto algumas estradas já se encontram no Plano para 2014, edifícios públicos e espaços envolventes em mau estado de conservação. -----

É urgente revitalizar o Monte da Senhora da Confiança e o Moinho das Freiras, são locais turísticos e de esplêndidas paisagens. -----

Sabemos que o eixo Pedrogão Pequeno tem um aspeto bonito, simpático devido ao Programa “Aldeias do Xisto”, assim agradeceu publicamente o empenho dos autarcas que fizeram estas candidaturas, aos trabalhadores do Município e a todos os que permitiram que estas obras se realizassem. -----

-----Paulo Ferreira (PS): Iniciou a sua intervenção referindo que é bom podermos estar a discutir tema tão interessante e em Pedrogão Pequeno, tem paisagens bem enquadradas, referindo

ACTA DA REUNIÃO DE 28/06/2014

que o tema “Água” se voltar a esta Assembleia Municipal, deve ser debatido no interior da barragem, a água tem um enorme valor económico.-----

Recentemente presenciou o fim das obras de requalificação do Jardim da Carvalha, junto ao Convento de Santo António, parabéns ao Município, a obra está bem concessionada, há muito tempo que este espaço já devia ter sido interditado ao trânsito. No entanto junto à urbanização está um paredão virado para o jardim, que não oferece segurança.-----

Achou interessante o selo alusivo ao Festival de Gastronomia do Maranhão. -----

Relembrou que um deputado nesta assembleia enalteceu obras de autores do concelho, a autarquia tem que estar atenta ao potencial da conterrânea Joana Margarida Pires Lopes, venceu 1.º Prémio de Literatura Infantil do Pingo Doce, está também a promover o concelho.- -----

Quanto à requalificação dos espaços de Pedrogão Pequeno, sabemos que é uma riqueza natural, é necessário não danificar, não levantar muros só proporcionar condições de segurança. -----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Iniciou a sua intervenção manifestando enorme tristeza pelo fraco programa do dia 24 de junho. O município devia homenagear jovens, instituições talvez criando um prémio “ São Nuno da Santa Maria “.-----

Pediu explicações ao Senhor Presidente da Câmara sobre: funcionamento de consultas na extensão de Saúde de Cernache do Bonjardim, será possível que os utentes tenham que pernoitar na extensão para conseguirem uma consulta; o porquê de não existir um plano de limpeza de bermas e valetas com as freguesias; para quando a construção de um campo de ténis para os jovens da freguesia. -----

Finalmente as obras de São Macário foram iniciadas, será um local apazível de culto e turismo. -----

Congratulou-se com a subida de Divisão do Grupo Desportivo Vitória de Sernache, grupo que se debate com algumas dificuldades, o futebol movimenta muitos jovens, devia haver um prémio de distinção -----

Deu continuidade à sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I).-----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Iniciou a sua intervenção prestando um voto de agradecimento à população da Freguesia de Pedrogão Pequeno na pessoa do Senhor Presidente da Junta, ao endereçar a esta Assembleia Municipal o convite para realizar esta sessão ordinária descentralizada, trazendo benefícios para a população, o nosso muito obrigada.-----

Vai realizar-se na Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes a Maratona de Leitura – 24 horas a ler, era bom aproveitar-se este evento, criando uma Comissão para dar ênfase aos 800 anos do 1.º documento escrito em português, é a segunda língua mais falada no ocidente. -----

Por fim agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia o envio dos documentos solicitados na última Assembleia, fazendo breves considerandos sobre a legislação aplicada na carta enviada aos munícipes para o pagamento da água.-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao executivo pelas démarches que foram efetuadas de modo a não encerrarem mais escolas , encerrado só a Escola de S. Domingos. -----

Concordou com a indignação do Senhor Deputado Diamantino Calado Pina, não se entende, a população idosa, que mais precisa de cuidados médicos tem que se deslocar durante a noite para marcar uma consulta, é um atentado aos direitos da população não é digno de um País civilizado.-----

Deu continuidade à sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo II). -----

-----**Presidente da Assembleia:** Após a intervenção do Senhor Deputado João Carlos Almeida disse respeitar as opiniões sobre o funcionamento da Assembleia Municipal , todos temos a nossa opinião quanto à democracia, procurará que nesta Assembleia Municipal os Senhores Deputados se expressem livremente desde que sejam cumpridas as regras. Tem que haver bom senso, as regras existem, têm que ser aplicadas.-----

De imediato colocou à votação o voto de pesar apresentado pelo Deputado Diamantino Calado Pina pelo falecimento do Dr. Joaquim Cândido Leite Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo e Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE, aos quais se associaram todos os grupos municipais (Anexo III).-----

-----**Colocado de imediato à votação, foi aprovado por unanimidade.**-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Respondendo às questões que lhe foram colocadas, informou o Senhor Deputado Manuel Dias que a Câmara Municipal não esquece as freguesias , não é possível fazer tudo de um dia para outro. mas os alertas são sempre bem recebidos. Queremos requalificar alguns edifícios da freguesia e ainda revitalizar o Monte da Senhora da Confiança e o Moinho das Freiras. Concordando com o Senhor Deputado Paulo Ferreira não se deve fazer uma requalificação muito profunda, não se podem cometer erros. -----

O Senhor Deputado Paulo Ferreira mencionou a privatização da água, temos garantia que isso não vai acontecer. Quanto à segurança no loteamento junto à Alameda da Carvalha, a Câmara Municipal e os moradores conversaram de modo a se encontrar a melhor solução entre os apartamentos e o Hotel.--- -----

Relativamente ao assunto apresentado pelo Senhor Deputado Diamantino Pina, sobre o Dia do Município este podia ter sido provido para divulgar obra feita, no entanto as mesmas estão à vista.

ACTA DA REUNIÃO DE 28/06/2014

Tivemos o Hastear da Bandeira, colocação coroa de flores na estátua, arruada pelas ruas da vila, teatro e o Torneio Luis Gouveia, tudo é relevante. Quanto às vagas do 6º ano vai analisar. Se houver vagas têm que ser divulgadas. Ainda sobre a marcação de consultas tem conhecimento que vão surgir sair algumas alterações. Quanto ao prémio de subida de divisão do Vitória de Sernache, sabemos que existem diferenças, temos que as equilibrar ligeiramente. -----

A propósito da limpeza das bermas e valetas existem protocolos com as juntas de freguesia. -----

Quanto aos campos de ténis vão ser construídos no loteamento junto à casa paroquial. -----

O Senhor Deputado Álvaro Monteiro questionou sobre o pagamento da água, cumprimos a legislação, o processo encontra-se no Gabinete Jurídico. -----

----- **1.3 – “Intervenções e contributos sobre a relevância da Água para o Município da Sertã”.** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IV).-----

----- **Cristina Nunes (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo V).-----

----- **Maria de Lurdes Teixeira (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VI). -----

----- **Manuel Francisco Dias (PS):** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VII).-----

----- **Raquel Horta (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VIII).-----

----- **Álvaro Monteiro (PS):** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IX). -----

----- **Nuno Melo (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo X) -----

----- **José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XI). -----

----- **José da Silva Nunes (PSD):** Concordou com as perspetivas apresentadas pelos Senhores Deputados quanto a relevância da água para o concelho, mas dado que a vila da Sertã, é banhada por duas ribeiras – Sertã e Amioso – e rodeado o concelho pelo rio Zêzere, entende ser de grande importância discutir não só além da limpeza das margens das ribeiras, também cuidar das águas de modo que se possam integrar no caudal do Zêzere como águas de qualidade, para isso será fundamental redimensionar a Etar da Sertã. Deste modo, pelo facto de estarem a ser executados os

trabalhos de saneamento de Outeiro da Lagoa, era de pensar numa Etar única, para receber todas as águas residuais da Vila da Sertã. A Freguesia da Sertã tem informado os responsáveis pelos serviços ambientais quando tem conhecimento da realização de descargas indevidas. Uma das fontes de poluição das águas, são os produtos fitofarmacêuticos, aplicados pelo Município e Freguesias para controlar o crescimento de ervas e silvas, no entanto se cada proprietário limpasse as propriedades no limite com vias públicas isso não acontecia. Importa não esquecer os resíduos dos pescadores e veraneantes junto às margens do rio Zêzere. -----

Por último será fundamental, que se programe a médio prazo os pontos de abastecimento de água a auto tanques na Sertã. Apelou que estimemos o tesouro com que fomos presenteados. -----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Inteveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XII).-----

----- **José Luís Moura Jacinto (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XIII).-----

----- **Presidente da Assembleia:** Agradeceu as intervenções dos Senhores Deputados, referindo da possibilidade de se aproveitar as propostas ou sugestões em prol do Município.-----

Seguidamente sugeriu reunir com os líderes de bancada no sentido de se chegar a um consenso sobre o tempo das intervenções de modo a cumprir-se o Regimento. -----

Após a reunião informou que foi aceite a aplicação do Regimento “antes da ordem do dia”, aplicando-se regras semelhantes para o período da ordem do dia, tendo como objetivo final que as sessões sejam desejavelmente inferiores a 3 horas. Solicitou a melhor compreensão de todos, para que as sessões tenham sucesso. -----

-----**2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”.**-----

-----**2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.**-----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Quanto ao Plano Operacional Municipal é um documento que considera que deve ser dinâmico e em permanente atualização, deve ser mais participado, não restringindo só o imposto pela lei. Aparecem pessoas mesmo não fazendo parte, podem contribuir. Entende que se deve investir na prevenção evitando consumo no combate, fazer pressão de modo a melhorar a vigilância.-----

A Romaria São Nuno de Santa Maria está a conseguir atingir os objetivos propostos, como também o 31º festival de Folclore do Rancho Folclórico e Etnográfico de Cernache do Bonjardim.-----

ACTA DA REUNIÃO DE 28/06/2014

Felicitou algumas entidades nomeadamente: Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara Municipal da Sertã, Grupo Desportivo Vitória de Cernache, Sertanense Futebol Clube pelos sucessos alcançados. -----

Felicitou a pessoa do Senhor Joaquim Patrício e a todos os que trabalharam e se dedicam á obra do Centro Social São Nuno de Santa Maria. -----

Fez ainda referência ao Concerto da Primavera, Dia Mundial da Criança mas alertou que no futuro vamos ter falta delas, faltam incentivos à natalidade. Quanto ao Feriado Municipal porque não se homenageia quem merece, temos muitos Homens e Mulheres no Concelho. -----

Por fim fez breves considerandos sobre os Órgãos Sociais da SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta. -----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Questionou o Senhor Presidente de quais as prioridades do Plano Estratégico? -----

Quando é que o Município vai contemplar a União de freguesia de Cernache do Bonjardim Nesperal e Palhais com percursos pedestres? -----

Felicitou o Centro Social São Nuno de Santa Maria, instituição que dignifica o Concelho da Sertã. O Centro criou uma dependência no Centro Social de Palhais, assim solicitou á Câmara Municipal o melhor empenhamento na execução da obra. -----

Por fim referiu que decorreu em Coimbra na sede da ANMP uma reunião para discussão e enquadramento do FAM- Fundo de Apoio Municipal, discorda plenamente com este fundo. -----

-----**José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XIV). -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Felicitou a Câmara Municipal pela realização do II Rali Histórico da Vila da Sertã, sendo uma mais valia para o Concelho. Congratulou-se pela Comemoração dos 59 Anos do Centro Social São Nuno de Santa Maria e pelo hastear das bandeiras da qualidade e certificação atribuídas em 7 de maio de 2014, uma mais-valia para o nosso Concelho. A propósito da SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta, referiu que quem tem qualidade para criar os projetos, também terá qualidade para os gerir, devemos ter cultura democrática para não criticar pessoas que muito deram para que este projeto fosse uma realidade. ---

----- **Presidente da Assembleia:** Considerando que o Senhor Deputado José Paulo Farinha solicitou a disponibilização do Plano Estratégico, irá enviar aos Senhores Deputados e gostaria que este fosse posteriormente discutido. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Respondendo às questões que lhe foram colocadas, informou o Senhor Deputado Álvaro Monteiro que concorda que se deve investir na prevenção e

limpeza da floresta, os proprietários tem a obrigação de valorizar os seus bens. A Câmara está disponível para ouvir sugestões ou fazer alterações se necessário. Referiu que o incentivo à natalidade, depende do desenvolvimento económico do País. Não podemos estar a espera que os casais tenham mais filhos dadas as dificuldades. Vamos tentar que o ciclo se inverta o mais rapidamente possível. É necessário utilizar as potencialidades que não temos aproveitado. Quanto aos órgãos sociais do SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta, são pessoas de confiança, competentes designadas para aquela função. Ao Senhor Deputado Diamantino Pina informou que o Plano Estratégico é extenso, a Câmara Municipal vai divulgá-lo e podem apresentar sugestões. Quanto à colaboração da Câmara Municipal ao Centro Social de Palhais, vamos investir de conformidade com o Regulamento. A propósito do FAM - Fundo de Apoio Municipal, todos os municípios vão colaborar em função do rendimento, no caso do Município da Sertã vamos pedir para começar a contribuir só depois do pagamento do PAEL. -----

Relativamente ao assunto da Escola Tecnológica apresentado pelo Senhor Deputado José Paulo Farinha , o parecer não é vinculativo, os concelhos entenderam que não havendo alunos para as escolas existentes , porquê abrir outras , sendo uma tentativa de não encerrarem as existentes.-----

2.2 – Apreciação, discussão e votação do “Projeto de Regulamento do Festival de Gastronomia do Maranhão e Bucho” ;-----

Posta à votação a proposta foi Aprovada unanimidade -----

2.3 – Apreciação, discussão e votação dos “ Nomeação do Fiscal Único – Instituto Profissional da Sertã, Lda “-----

-----Não participou na apreciação, discussão e votação, o Senhor Deputado José Silva Nunes (PSD), ausentando-se da sala. -----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** A proposta não é suficientemente esclarecedora. Foi aberto algum concurso antes da nomeação? Não colocando a pessoa nomeada em causa, no entanto não tem residência no concelho? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Referiu que este fiscal já estava nomeado em anos anteriores, faz serviços para vários empresários do concelho, é um trabalho sério , temos toda a confiança na pessoa e a lei não prevê a abertura de concurso.-----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade-----

-----3 - Período destinado ao Público:-----

-----**Sr. Eduardo Patrício - Cernache do Bonjardim –** Prestou um agradecimento ao Senhor Presidente da Junta e à população da Freguesia de Pedrogão Pequeno. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 28 / 06 / 2014

Considerando os elogios dos deputados desta Assembleia Municipal ao Centro Social São Nuno de Santa Maria, agradeceu e enalteceu o trabalho do Presidente do Centro Senhor Joaquim Patrício e Senhora Raquel Sofia Horta Antunes. -----

Relatou algumas notícias dos jornais expondo que deviam ser objetivas e bem localizadas, omitem as localidades, os cidadãos merecem e têm direitos.-----

----- Sr. – António Jorge Barata – Pedrogão Pequeno – Disse que informou o Senhor Presidente da Câmara, há alguns meses de um conjunto de problemas na freguesia: falta de iluminação no nó do IC 8, bem como junto ao pelourinho da vila, capela S. Madalena. Degradação dos parques infantil e desportivo. Expôs que o acesso à Senhora da Confiança merece um alargamento, como também o acesso o Moinho das Freiras deve ser reparado. Por fim sugeriu a construção do parque de campismo junto à albufeira do Cabril. -----

----- Sr. – João Rei – Pedrogão Pequeno – Lamentou a inexistência de médico de família na extensão de saúde de Pedrogão Pequeno. Igualmente referiu que Pedrogão Pequeno tem um potencial turístico, deve ser explorado. -----

----- Sr. – José Ramos Moreira – Pedrogão Pequeno- Deu destaque à romaria da Senhora da Confiança, devia ser devidamente publicitada e aproveitada como turismo religioso. -----
Relembrou que a barragem do Cabril vai fazer 60 anos, sugerindo que o Município promova um evento. - -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Respondendo aos munícipes referiu que sobre a sugestão do parque de campismo gostaria que fosse uma entidade privada a avançar seja no Cabril, Trizão ou noutro local. Quanto à iluminação do Nó do IC 8 o caso está em tribunal, a Câmara não pode intervir. Quanto às obras solicitadas serão executadas dentro das possibilidades. Por fim sobre os 60 anos da Barragem do Cabril a Câmara Municipal terá todo o gosto em associar-se ao evento. --

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada pelas 18 horas e 30 minutos, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade, e que vai ser assinada. -----

----- O Presidente da Assembleia, Alfredo Silva

----- O Assistente Técnico, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes

Ata nº 3/2014

Anexo I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tivemos conhecimento, através de uma encarregada de educação de que o Centro Escolar de Cernache do Bonjardim não está aceitar as matrículas para o primeiro ano das crianças que não completam os seis anos de idade até ao início do ano lectivo, alegando que o Centro não tem capacidade para aceitar essas crianças. Sabemos que, de acordo com a lei, as turmas podem ter até 26 alunos ou 20, caso haja alunos com necessidades educativas especiais. Assim, não entendemos a não existência de vagas, uma vez que, mesmo considerando que o Centro abria duas turmas com alunos com necessidades educativas, deveria ter, pelo menos, 40 vagas para o primeiro ano. Dado que as escolas do Castelo e do Cabeçudo continuam em funcionamento, não acreditamos que exista esse número de alunos em Cernache do Bonjardim com os seis anos completos.

Assim questionamos:

- Qual a justificação para a não existência de vagas no primeiro ano para os alunos que ainda não fizeram seis anos?
- Quantas turmas se propõe o Centro Escolar de Cernache do Bonjardim abrir, no primeiro ano, no próximo ano letivo?

Cernache do Bonjardim, 28 de Junho de 2014

Diamantino Calado Pina



Ata nº 3/2014

Anexo II

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ - 28/07/2014

Sr. Presidente da assembleia Municipal

Srs. Secretários da Mesa

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Vereadores

Sr^{as} e Srs Deputados

Comunicação Social

Público presente

Boa Tarde a Todos

Minhas Senhoras e meus Senhores

Depois de mais de 16 anos como membro deste órgão representativo da população do concelho, que é a Assembleia Municipal, estando já no 5º mandato, penso ter alguma legitimidade e experiência para, de alguma forma poder opinar e criticar sobre a forma como alguns trabalhos e algumas sessões decorrem.

Durante este tempo tive oportunidade de estar 8 anos na bancada vencedora das eleições e 8 anos na bancada da oposição, sei portanto o que é estar em ambas as situações, ouvindo e convivendo com muita gente, onde alguns dos intervenientes de então se mantêm ainda hoje.

Foi assim possível verificar a postura e a coerência ou falta dela, de alguns dos seus membros.

Também foi com alguma tristeza que assisti ao decorrer dos trabalhos da última Assembleia, onde nem as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril conseguiram disfarçar uma certa anarquia, numa sessão onde deveria existir respeito e uma demonstração democrática acima de tudo, responsabilizando assim todos os seus intervenientes.

Mas Vamos aos factos:

Não pode ser admissível que uma Assembleia Municipal iniciada às 9.30 horas termine 6 ou 7 horas depois, mesmo com inclusão da sessão solene comemorativa dos 40 anos do 25 de Abril.

Não pode ser admissível usar e abusar do tempo desta assembleia no registo de atitudes de alguns com um sorriso enviesado, afirmando-se como críticos, continuem teimosamente a tentar denegrir o trabalho deste executivo.

A esses direi que basta olhar, ver e observar as transformações realizadas e acreditar que as que se perspetivam seguirão com a mesma estratégia de condução do nosso concelho.

A esse respeito não posso deixar de lembrar um projeto que é sintomático da falta de estratégia e visão de alguns, refiro-me concretamente ao **SerQ -Centro de Inovação e Competências da Floresta**.

Hoje sendo uma realidade graças à assinatura da escritura de formalização entre a Câmara Municipal, Universidade de Coimbra e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e consequente inicio das obras, é um projeto estruturante e um polo dinamizador de investimento e criação de emprego só possível devido à ousadia e ao acreditar deste executivo.

Decerto não foi graças à principal bancada da oposição que, alegando que não fora observado o período que a Lei concede para a convocação de uma Assembleia Extraordinária, tentaram impugnar essa mesma Assembleia tão necessária para que o projeto e obra fosse possível, como se o tempo fosse impeditivo na defesa dos interesses maiores para o concelho.

Decerto não foi graças à declaração de voto apresentada pela mesma bancada para justificar uma absurda abstenção na votação de um assunto tão importante para o desenvolvimento da nossa terra, aquando a votação do mesmo.

É minha convicção, que mais do que a conotação partidária, devemos dar valor aos membros desta Assembleia que de modo sério, empenhado e construtivo se dedicam aos trabalhos que de facto são de interesse para o município.

Que os mesmos não devam ser postos em causa, apenas por uma questão de tempo, ou falta dele, porque há oportunidades que surgindo, não podem nem devem ser desperdiçadas.

Aqui travam-se combates de ideias e de projetos, não se guerreiam pessoas, elevando este órgão ao estatuto que ele merece.

Enquanto membro desta assembleia pela bancada da oposição, assisti e verifiquei que muitas vezes se recorreu e se referiu o seu Regimento nos mais variados assuntos, estranho que 5 anos volvidos depois do eleitorado ter mostrado que tipo de mudança pretendia para a Sertã, e em que o PSD foi eleito de forma inequívoca já em duas eleições, o referido regimento

tenha sido esquecido, apenas referido uma única vez, e pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal.

Mantendo, uma postura de cordialidade mas sempre firme e determinado na defesa dos interesses da Sertã, e porque **sem ética e sem regulamentos não há Cultura Democrática**, tão apregoada nesta Assembleia por alguns, desejo e solicito ao Sr. Presidente da Assembleia que faça aplicar o Regimento, nomeadamente nos seus artigos N.ºs 33.º; 34.º; 35.º e 36.º, de forma a que os tempos definidos ou a definir pelo Presidente da Assembleia sejam distribuídos proporcionalmente pelos diversos grupos municipais em função do seu número de membros.

Não é decerto, com exemplos como da última Assembleia, a melhor forma de representar o eleitorado que nos elegeu e expressou a sua vontade nas urnas.

Numa Assembleia mais do tipo maratona onde o PSD gastou 30% do tempo nas suas intervenções o PS mais de 60% e o CDS 8% é sintomático.

Não é esta a verdadeira democracia representativa do eleitorado.

Para interesse dos munícipes, para defesa da própria Assembleia Municipal que é transmitida em direto pela Rádio Condestável, creio que não é de forma tão extensa e desgarrada, a melhor maneira de passar a mensagem.

Termino, desejando que futuras Assembleias decorram com outra postura e que os seus eleitos saibam honrar as suas funções e os seus regulamentos.

Obrigado

João Carlos Almeida

PSD

Ata nº 3/2014

Anexo III

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ

VOTO DE PESAR

As Juntas de Freguesia do Concelho da Sertã, vêm propor a esta Assembleia, um **VOTO DE PESAR** pelo falecimento do Dr. Joaquim Cândido Leite Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo e Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE.

Lutador exemplar na sua vida pessoal e familiar, no exercício das suas funções como Autarca de Freguesia, no confronto político nacional e partidário, na sua afirmação como dirigente da ANAFRE, responsabilidade que exercia há mais de vinte anos, com especial relevo no desempenho do cargo de Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE.

Sertã, 28 de Junho de 2014.

O Proponente

Diamantino Calado Pina



Ata nº 3/2014

Anexo IV

Assembleia Municipal

Pedrogão Pequeno, 28 de junho de 2014

A Importância da Água para o Concelho da Sertã

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Gostaria em primeiro lugar de felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela feliz iniciativa de se discutir a importância da água para o nosso Concelho, nas suas mais variadas vertentes.

Pela pertinência e pela atualidade do tema, esta abordagem, necessariamente breve neste fórum devido à escassez de tempo, permitir-nos-á ainda assim compreender melhor o que todos pensamos sobre o assunto, uma abrangente recolha de opiniões, esclarecimentos e pistas a seguir, e o acertar de estratégias numa matéria tão importante e que nos interessa a todos.

Assim, começo por referir que a água é um assunto constante e diário na ação do Município tal a importância central que ocupa na nossa vida e na nossa sociedade, na vida das populações.

Aqui gostaria de apresentar a questão sistematizada em duas vertentes, compreensivelmente breves:

- A água enquanto elemento de qualidade e fonte de vida;
- A água enquanto potencial económico.

A água é um bem escasso e essencial à vida. Da sua qualidade e quantidade dependem os seres vivos e a vida na Terra.

Diria a propósito que os países e as regiões do globo se dividem já em dois grupos distintos:

- Os que a possuem em abundância,
- E os locais onde ela escasseia.

Mas em comum todos sabem e estão conscientes da sua importância e da estratégia a seguir para se gerir este recurso essencial.

Na região, no nosso Concelho em particular, este bem precioso à vida é, por ora, abundante e de excelente qualidade.

Mas temos obviamente que tomar medidas para que assim seja por muitos anos e para que este se potencie e se tire o máximo rendimento dele.

Desde logo um dos mais evidentes é o turismo.

Rodeados de albufeiras e praias fluviais, a água torna o Concelho da Sertã num potencial turístico relevante, onde os desportos náuticos e o lazer podem ser uma boa fonte de receita – o que aliás tem vindo a acontecer e onde continuaremos a apostar.

Outro potencial resultante da abundância de água entre nós é a produção de energia elétrica.

Desde os anos cinquenta do século passado que este recurso é aproveitado e queremos beneficiar mais ainda da capacidade disponível, estando neste momento o Município fortemente empenhado em prosseguir nos esforços para que se concretize o Aproveitamento Hidroelétrico de Palhais, mais conhecido pela Mini-hídrica de Palhais.

Estamos em contacto com a empresa que detém a concessão e o projeto do empreendimento e espero vivamente que este projeto seja em breve uma realidade.

No âmbito da Associação Nacional de Municípios, o Município da Sertã faz parte da Secção dos Municípios com Barragens e posso adiantar que numa primeira fase, desde logo esta associação deu os seus frutos, conseguindo junto do Estado e da EDP um aumento significativo das rendas provenientes da ocupação dos solos para produção de energia elétrica.

Contudo, neste campo do potencial económico da água, existe um ponto onde só agora se começa a vislumbrar a possibilidade de novos rendimentos no futuro.

Falo nas compensações que nos são devidas pela preservação da qualidade e quantidade da água que abastece a Região da Grande Lisboa a partir da Albufeira do Castelo do Bode.

Esse abastecimento impõe-nos, aos concelhos ribeirinhos, muitas restrições em termos de planeamento urbanístico, nomeadamente através do POAC – Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode.

Somos não só um Concelho que armazena água, mas também que assegura a sua qualidade.

Logo, em nosso entender, este é mais um potencial económico da água do Concelho da Sertã que não está a ter o devido retorno. Convém rever esta situação e para isso estamos a trabalhar para encontrar uma solução.

Por fim gostaria de abordar a questão do abastecimento e do consumo de água no Município da Sertã.

Durante décadas o Município extraía do solo toda a água que era distribuída às populações.

Através de poços, minas e furos artesianos, o abastecimento de água era todo processado pela Câmara Municipal.

Hoje a realidade alterou-se substancialmente. Aderindo à empresa Águas do Centro esse abastecimento passou a ser feito em rede de alta pressão a partir das Albufeiras do Cabril e de Santa Luzia, cabendo ao Município a responsabilidade de gerir a distribuição em baixa pressão às populações.

Melhoraram substancialmente as garantias de qualidade e quantidade no abastecimento de água, o que necessariamente se refletiu no preço – que de resto todos bem sentimos.

A este propósito devo referir que apesar desse preço, este bem é compartilhado pelo Município no primeiro escalão de consumo.

O Município paga maias às Águas do Centro do que recebe dos munícipes no 1º escalão. Estamos a falar da maioria dos consumidores.

Por isso o cuidado e a responsabilidade que devemos ter na gestão deste bem: combater as situações de irregularidade e zelar para que todos paguem por um bem tão precioso a todos nós.

Por outro lado, dar atenção também especial à utilização e ao consumo de água, otimizando a sua partilha, e gerindo o melhor possível este recurso essencial à nossa sociedade.

Aqui cabe uma referência às perdas de água que ocorrem no sistema de abastecimento.

Queremos incidir eficazmente neste problema, evitando ao máximo os desperdícios, que sendo dispendiosos para o Município, são também ambientalmente negativos devido à escassez de água.

Este é o meu contributo para um assunto, como atrás disse, oportuno e pertinente, e onde reitero ao Senhor Presidente os meus parabéns pela iniciativa.

Estamos em Pedrógão Pequeno, Terra fértil e rica em água.

Espero que todos estejamos conscientes e à altura de zelarmos por esta dádiva com que a natureza brindou o Concelho da Sertã.

Muito obrigado

José Farinha Nunes

Ata nº 3/2014

Anexo V

Exm^o Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exm^{os} Senhores Secretários

Exm^o Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exma Senhoras e Senhores Vereadores

Exm^{as} Senhoras e Senhores Deputados

Exm^{os} Senhores da Comunicação Social

Exm^o Público aqui presente e o que nos acompanha pela Rádio

Boa Tarde Vila de Pedrógão Pequeno!

Quando li o convite do senhor Presidente da Assembleia Municipal, endereçado a todos os deputados para debater sobre o tema 'Água', ocorreram-me de imediato dois pensamentos: *A água não se nega a ninguém*, lá diz o ditado popular; e, que o assunto em causa não poderá ser analisado limitativamente ao Concelho da Sertã, basta pensar que a Ribeira da Sertã nasce no Concelho de Oleiros.

O elemento 'Água' pode ser analisado enquanto recurso que existe na Natureza e permite a perpetuação do Ciclo da Água, que aprendemos nos bancos da escola ou a Água poderá ser debatida enquanto apropriação do bem, negócio - 'produto final' que pagamos todos os meses através de uma factura.

A identificação dos riscos ecológicos relacionados com os recursos hídricos, estão identificados: A salinização, a eutrofização, as fontes de poluição e a deflorestação – seja para a exploração florestal, seja para aumento do tecido urbano.

Depois existem outros problemas como a má gestão, a falta de cumprimento dos normativos técnicos e legislativos e a questão da propriedade, que influi a escassez do recurso.

Porém, se os problemas não forem tratados a montante...de certeza que não corre água a jusante e os conflitos inevitavelmente surgirão.

O proprietário rural, conhecedor dos seus terrenos sabe por onde a água corria e o caudal que tinha no antigamente e verifica que, hoje, muitas linhas de água efémeras e ribeiros já não levam água no Inverno. Nessas propriedades e nas adjacentes qual a espécie florestal de eleição para instalar nas linhas de água? Todos sabem a resposta. E porquê? Puramente por negócio, rentabilidade rápida e porque: *Então eu sou o dono do terreno não posso fazer o que eu quero?*

Ass palavra regras, *normas e medidas preventivas ou de minimização de riscos* não são nada bem recebidas, acabando sempre por implementar o que querem e como querem...E os proprietários que cumprem acabam sempre por ser mais prejudicados, porque pagam duplamente pelo seu cumprimento: em termos processuais, sem benefícios fiscais e pela impunidade do não-cumpridor.

Tanto se promove ou se vende as potencialidades turísticas da natureza mas muito pouco se faz para melhorar e perpetuar esses mesmos recursos naturais, são dados como adquiridos. Na natureza não há *ad eternum* – O Homem actua e a natureza reage! As consequências são reais.

E de que modo estas situações podem ser minimizadas? Em instrumentos de gestão territorial – aqueles que são na maioria dos casos elaborados com régua e esquadro, para que a componente ‘Voto’ esteja sempre salvaguardada e as...eventuais lacunas ou omissões, possibilitem outros negócios e permissões.

Enquanto estas atitudes permanecerem, a Água continuará a ser um bem cuja escassez continuará a acentuar-se. O que remete logo para o imaginário do capitalismo: se é um bem, cuja escassez é inevitável, então alguém tem que ser o DONO do negócio, escondido no discurso de que é a única forma de garantir a qualidade do bem, porque o Governo diz que está condicionado devido à falta de verbas para investir...num bem essencial à vida dos seus cidadãos (!!!).

Invoca-se assim, a política da liberalização e privatização dos serviços de abastecimento e tratamento da água. Talvez pelo meio quem seja o intermediário entre os interesses públicos e



privados ainda seja nomeado Administrador ou como em bom *português* se diz CEO (*Chief Executive in Office*).

Sucedeu com a EDP e *quiçá* sucederá igualmente com as empresas japonesas que ainda esta semana anunciaram a compra da Somague Ambiente, tendo em expectativa uma vaga de privatizações no sector das águas. A experiência dos outros países diz que a privatização da água e saneamento, conduziu a um aumento das tarifas em 100%.

E porque é que existem tantas disparidades nos valores das tarifas em concelhos tão próximos, como é o caso da Sertã, Oleiros, Castelo Branco...? E a disparidade aumenta entre o interior e o litoral.

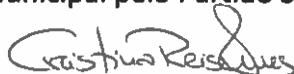
E no meio disto tudo, onde reside a segurança? A segurança do cidadão e a segurança para o consumidor? Onde? Nos tais acordos de cavalheiros que são indiferentes à existência de um Portugal Interior maioritariamente rural?

Nós somos e devemos continuar a ser meros usufrutuários-gestores deste recurso, o qual não pode ter UM único dono, caso contrário o que deixaremos nós para as próximas gerações? Períodos de Seca, alternados com inundações e cheias? E a água que sai a torneira a preço de ouro?

Este é um tema demasiado delicado, que merece uma cuidada análise em mesa redonda e criteriosa implementação de medidas com equidade e justiça ambiental, em que o acesso à água deve ser criterioso.

Enquanto não se verificar um sério e atento processo de mentalidades, por muita abundância que pensemos que temos – estamos apenas a enganarmo-nos com o passar dos anos e acabamos por meter ‘água’, num recurso essencial à nossa existência enquanto seres vivos.

Deputada Municipal pelo Partido Socialista



(Cristina Reis Nunes)

Ata nº 3/2014

Anexo VI

Assembleia Municipal, Sertã, 28 de junho de 2014

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Secretário(a)

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores(a)

Exmos. Membros da Assembleia

Exmos. Senhores da Comunicação Social

E Prezado público

A todos saúdo com votos de boa tarde

Esta intervenção resulta da minha reflexão sobre a relevância da água para o Município da Sertã.

A água é um recurso estratégico que deve ser usado com a máxima eficiência,
pois já Tales de Mileto dizia que a “Água é o princípio de todas as coisas “

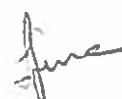
Sertã, um Município com abundância de água, bafejado por duas ribeiras (ribeira grande e ribeira pequena) entre outros recursos como nascentes, poços, rio Zêzere e albufeiras do Cabril e Castelo do Bode.

Nos dias de hoje, a água está presente em quase todos os aspetos no quotidiano do ser humano, desde a necessidade mais básica (como beber água) até à mais complexa, como o abastecimento de água às populações.

A água está presente no centro da roda dos alimentos, está assim no centro da vida. Sendo um **bem económico, ambiental, social**, presente **no mercado da água** como um produto – na população (rede urbana), na indústria, na agricultura, na produção de energia eléctrica e no turismo.

A água é fundamental pois é um recurso natural único, escasso e essencial à vida de todos os seres vivos. Nos nossos dias, o desperdício aliado ao aumento da procura deste recurso, poderá tornar-se um problema que requer a atenção de todos nós.

Assim julgo que devemos insistir junto das camadas mais jovens, ou seja no âmbito da **Educação e Cidadania** – promover uma melhor educação ambiental que vai constituir um



veículo indispensável para a construção de novos saberes e atitudes, orientados para o desenvolvimento de uma sociedade preocupada com as questões ambientais, enquanto fator essencial à qualidade de vida presente e futura.

A **educação ambiental**, formará as nossas crianças e jovens para a tomada de uma reflexão de que o futuro da humanidade e a qualidade de vida das gerações futuras dependem muito das escolhas que fizerem na sua própria vida.

Estamos assim a contribuir para a concretização do plano nacional para o uso eficiente da água(PNUEA), sensibilizando os consumidores para a necessidade de evitar o desperdício deste recurso, criando **uma nova cultura da água** valorizando cada vez mais este recurso que é vital para o desenvolvimento económico e social e para a preservação do ambiente.

Sugiro um trabalho de parceria entre o Município as escolas do concelho e outras, com as Associações que defendem o ambiente (CNE- Corpo Nacional de Escutas, APAES, Associação de caça e pesca e outras...)

- Ação 1 - Lançamento pelo Município às escolas de um Concurso para a elaboração de textos/trabalhos sobre as boas práticas ambientais (questão da água e a sua importância social, bem como as boas práticas ambientais que se referem ao seu uso numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, com atribuição de prémio como incentivo.

- Ação 2 – Criar/Comemorar/Implementar o Dia da água – 22 de Março, este dirigido a toda a comunidade com,

- Criação de atividades na água;

- Gincana de saberes sobre a água

-Convidar empresas que trabalham com este bem que é a água.

- Ação 3 – Seminário sobre as boas práticas.

-Sensibilizar as populações para a importância da água;

-Incluir ainda debate sobre as medidas prioritárias nos setores urbano, agrícola e Industrial

-Apresentação dos trabalhos resultantes da ação1;

-Entrega de prémio.

No âmbito do Turismo

- Ação1- Dinamizar as nossas ribeiras com atividades na água, disponibilizar canoas e gaivotas na zona da carvalha, proporcionar aos nossos turistas e comunidade em geral o uso livre destes equipamentos/recursos.



- Criar as condições adequadas para o efeito.

- **Ação 2 – Limpeza das margens das ribeiras e desobstrução de linhas de água** nos locais onde estão implementados os percursos pedestres, dar a possibilidade de melhor contemplar a água e assim qualificar e valorizar o respetivo troço.

- **Ação 3 – Envolver a comunidade na melhoria do troço da ribeira ou do rio** encaminhar/viabilizar qual a possibilidade de atribuição de subsídios/apoios económicos aos particulares possuidores de moinhos de água à beira das ribeiras para efeitos de requalificação/reabilitação destes bens imóveis em vias de extinção no nosso concelho, reabilitando assim os locais para uma melhor qualificação e valorização do troço. Esta ação valoriza a adoção "vitalícia" do troço. E assim requalificarmos também o nosso património imóvel.

- **Ação 4 – Lançar nas nossas ribeiras e albufeiras – Concursos de Pesca anuais**, pois trazem muitos aficionados deste desporto, temos que criar rotinas e enraizar as atividades.

- **Ação 5 – Lançar nas nossas albufeiras – Provas de moto náutica anuais**. Trás público, devemos conquistar novos públicos.

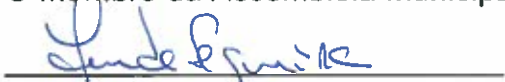
Julgo serem sugestões de fácil implementação que se integram nas atribuições do nosso Município quer da Comunidade intermunicipal do Médio Tejo, não abordei outras ações de âmbito mais técnico pois estas carecem de ser tratadas por profissionais da área e fundamentadas com estudos de viabilidade (mini-hídricas, produção de energia, etc.)

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia ficam as sugestões/ideias a recomendar encaminhar ao Executivo Camarário.

Finalizo lembrando que **a água é um recurso estratégico que deve ser usado por todos nós com a máxima eficiência.**

A todos, muito obrigada pela atenção dispensada.

O membro da Assembleia Municipal



Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira

Ata nº 3/2014

Anexo VII

A água é um recurso natural de valor inestimável, é fonte de vida.

Durante milénios as populações desenvolveram-se ao longo dos cursos de água, como forma de aproveitamento deste recurso precioso, para a sustentabilidade e desenvolvimento da humanidade.

Pedrogão Pequeno não foi exceção, embora os campos que outrora foram cultivados se encontrem submersos, o desenvolvimento foi notório com o aproveitamento do curso do Rio Zêzere e a construção da Barragem do Cabril.

A água, como fonte de vida, é recurso que vai abundando na Freguesia. O Zêzere é uma enorme reserva, que abastece quase toda a zona centro, gera emprego, embora em muito menor quantidade que em outros tempos, fruto do desenvolvimento tecnológico e contribui para a produção de energia elétrica.

Desde a antiguidade que a água e a sua força têm dado um enorme contributo para o desenvolvido da Sociedade, desde a movimentação de azenhas, até a meio de deslocação. A descoberta da força do vapor de água, revolucionou a indústria e os transportes, tendo sido a primeira fonte de energia utilizada para movimentar comboios, barcos e máquinas industriais, contribuindo, desta forma, para o progresso.

O nosso concelho, é privilegiado na abundância de água, durante décadas tivemos um pouco por todas as freguesias, os lagares e moinhos a funcionarem movimentados por este recurso natural, hoje fruto do desenvolvimento e também da desertificação e abandono dos campos, funcionam em menor escala, mas ainda se encontram alguns exemplares em atividade.

Além de todas as qualidades reconhecidas na água, essenciais à nossa existência, também é habitat de fauna e flora diversa, fonte de riqueza para imensas populações.

Presentemente e cada vez mais, deparamo-nos com o problemas de escassez de água potável, esperamos que no futuro saibamos preservar este bem precioso.

O turismo, que pensamos ser o futuro do nosso país e quiçá da nossa região, estará também ligado aos recursos hídricos e nesse campo, só não seremos vencedores se não estivermos despertos para o aproveitamento da bênção que a natureza nos proporcionou.

Metaforizando a palavra água, também na política se mete muita e a nossa região não tem ficado alheia à água que os nossos políticos têm metido, tanto no panorama nacional, como regional.

Saibamos aproveitar as oportunidades que nos surgem e os recursos que nos presenteiam e certamente teremos um futuro melhor.

Água, fonte esgotável de vida, há que preservá-la, aproveitá-la e dar-lhe o melhor uso possível, para que o futuro nos sorria!

O deputado

Manuel Dias

Ata nº 3/2014

Anexo VIII

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores secretários, Senhor Presidente do Executivo, Senhores vereadores, Senhores
Deputados, Comunicação Social, Senhora Técnica Público
Boa tarde

Pedrógão Pequeno, 28 de Junho de 2014

Água – um bem da natureza para o bem de todos

Sendo a água um elemento central na existência de qualquer ser vivo que, embora em abundância no planeta, a sua vertente potável é, e sê-lo-á, como todos sabemos, cada vez mais escassa, urge sempre sensibilizar todos para a sua preservação.

No capítulo do **consumo de água potável**, considero ser importante a existência de campanhas práticas e diretas, capazes de formar e informar os consumidores. Assim, deixo algumas sugestões:

- Formação contínua nas escolas sobre o desperdício de água e contaminação de nascentes e leitos de rios,
- Informação atrativa no painel publicitário (colocado junto à Casa da Cultura),
- Informação nas faturas da água e no site do Município sobre boas práticas de poupar e preservar água;
- Colocação nos espaços públicos de torneiras economizadoras,
- Atenção redobrada à rega de espaços públicos com água da rede.

Por outro lado, e **dadas as condições naturais que o concelho detém para a prática de atividades aquáticas**, sugiro:

- Que se incentive a aprendizagem da natação, não só em piscina mas também nas praias fluviais;
- Que se equacionem formas lúdicas de a população usufruir das ribeiras, como, p. ex., promovendo a canoagem ou passeios em barcos a remos.

Dada a grande quantidade de fontes existentes no concelho, sugiro que seja equacionada uma **forma de identificação das fontes com água potável**. Falando de resultados analíticos de controlo de água, e após consulta dos editais, verifico que os mesmos não são de fácil interpretação, pelo que se aconselha uma forma complementar de explicação dos mesmos, em particular de identificação dos locais abrangidos nas zonas de abastecimento controladas.

Sabendo que tudo o que se possa fazer é pouco para a preservação deste bem, fica aqui este pequeno contributo, uma gota no oceano, para que não seja, nunca, “tarde de mais”.

Obrigado pela atenção

Raquel Horta Antunes

PSD

Ata nº 3/2014

Anexo IX

ÁGUA"Resumo sobre o combate a fogos florestais"

Este recurso natural largamente utilizado no combate a fogos, actua sobre este por dois princípios - abafamento e amolecimento. Se não infelizmente este bem (água) não pode ser tomado onde e quando os seus utilizadores (banbeiros) precisam e necessitam. O seu consumo pode facilmente tornar-se um problema. Basta em excesso a quantidade utilizada, quando essa houver uma necessidade maior para a situação crítica, o contrário será igualmente crítico.

Mas o recurso pode estar longe e o seu transporte até ao local do fogo, ou a levaria sempre mais tempo, do que a que se quer seria o ideal.

Como resolver este problema de modo a que se tenha sempre a água esteja no sítio certo e na hora certa.

Para isto criou-se uma rede de pontos de água, devidamente identificados e marcados. Pontos de água que serão utilizados por meios terrestres, por aereos.

Quer aquilo que se fez o trabalho feito em conjunto pelas técnicas do Gabinete Florestal de Camara Municipal, de acordo com os comandantes de Bombeiros Voluntários de Sete e Camacha do Bon Jardim.

Infelizmente nem sempre esses pontos de água tem tido a melhor utilização, conservação e acessibilidade. Levar um veículo terrestre até 20 toneladas a difíceis locais torna-se uma tarefa, não ficando de veículos de 40 ou mais toneladas.

Acesso ainda que os terrenos envolvidos são propriedade de privados, que nem sempre colaboram no caso de emergência para os manter funcionais.

Junto a isto a sua destruição por parte desses mesmos proprietários, como aconteceu na freguesia do Grego, em que o destruidor foi libertado por ser sogro de um secretário de Estado.

Criar pontos de água e não criar uma rede viária capaz, eficiente e com boas condições de acessibilidade a um veículo com uma ou duas vezes mais capacidade, tornando esses locais acessíveis e sem qualquer utilidade.

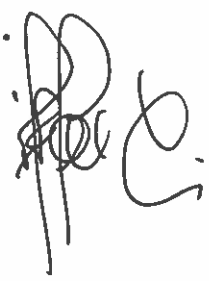
O Conselho tem muitos pontos de água, mas a sua utilização a partir do mês de Junho, tornando-se sem qualquer utilidade. Há que repensar esta problemática.

com quem sabe e pode opinar sobre o assunto. A sua cor-
poração não pode nem deve ser questionada. O que deve
ser questionado é a sua contribuição para melhorar
e tornar mais eficientes esses pontos de água.

Todas as questões aqui expostas são pertinentes e
não nos podemos abster delas. Devamos convocar ta-
da a discussão, festeiros, cutaneos (Juntas Freguesias,
Técnicos Florestais, bombeiros. Todos juntos podem e de-
vem ficar concordes no sentido de melhorar esses
pontos de água, para que quando ~~este~~ ^{este} venha de todos
festeiros seja utilizado com acionabilidade e para que
nas alturas de crise ~~esta~~ esteja lá para a defesa das
vidas humanas e da nossa floresta tão mantida.
As minhas felicitações para o Orçamento de 2014 não são as
melhores, e desejo ardentemente que me sugere, mas
as felicitações até agora não são as melhores.

Sentamos coragem de ver com olhos de ver, este fedeli-
tade e talvez que o futuro seja mais risório.

Este é o meu contributo para a problemática da
utilização de Águas.

Contem comigo.


Ata nº 3/2014

Anexo X

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mas Sras. Secretárias,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Vereador(a)es,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Deputad(a)os,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. da Comunicação Social,

Ex.mo Público,

Sendo o tema desta sessão a água gostaria de abordar o mesmo numa perspectiva mais comercial e que nos afecta a todos. Falo da utilização comercial da água da albufeira do Castelo do Bode, as fortes limitações criadas pelo Regulamento do Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode e a falta das respectivas compensações financeiras aos municípios afectados.

Na Resolução do Conselho de Ministros que aprova a revisão do mencionado regulamento diz-se que a albufeira é "..., onde se localiza a maior captação de água para consumo humano, servindo mais de 2 milhões de habitantes da área da Grande Lisboa e dos municípios limítrofes, o que representa um quinto da população nacional, estando previsto o aumento da população a ser abastecida a partir desta albufeira" e também admite a existência à data, de uma "forte procura desta área" e que se estava "face à preocupante degradação da qualidade da água" depreendendo-se serem estas as principais razões da existência de uma legislação mais restritiva a actuar sobre este curso de água e que permite proteger a qualidade da água para uma utilização comercial, isto é, a venda a 20% da população nacional.

Esta legislação actualmente limita de forma severa o potencial turístico e económico desta albufeira. Devido à mesma, vários projectos turísticos e habitações particulares não puderam ser construídas como estava previsto. Também investimentos empresariais que apresentam uma elevada necessidade de água e veriam a albufeira como uma mais-valia, como são exemplos próximos, a Central Termoeléctrica de Pegões e a Fábrica de Papel de Constância entre outras, nunca poderão instalar-se junto à Albufeira devido ao mencionado regulamento.

E qual é a compensação financeira por limitarem o nosso potencial de crescimento turístico e económico a favor de regiões mais desenvolvidas e que usam e abusam do seus cursos de água para criar mais riqueza?

- A principal razão para estas limitações é puramente económica: Vender água a mais de 2 milhões de habitantes.

- A EPAL que explora as águas da Albufeira do Castelo do Bode apresentou nos últimos anos lucros anuais de aproximadamente 40 milhões de euros. 40 Milhões de euros por ano!!!

distintivo e uma mais-valia. Por mais que queiram, os outros municípios não podem dizer o mesmo e deveria ser um factor melhor aproveitado para chamar turistas, criar emprego e riqueza.

- Como é possível que ao longo dos anos e com os apoios comunitários existentes à data nunca o município tenha feito qualquer infra-estrutura turística nas margens da Albufeira do Castelo do Bode, a maior e com mais notoriedade no município, ao contrário de todos os outros municípios com margens nesta Albufeira? Até parece discriminação pela parte ocidental do município, em que a única piscina pública existente foi um privado a construir e oferecer ao município. Espero que as coisas mudem e que seja efectuado finalmente investimento municipal nesta parte do concelho. Existe urgência em aproveitar o potencial turístico que ainda há nas nossas albufeiras e que o município da Sertã nunca apostou.

Agradeço a atenção dispensada,

Nuno Melo

Ata nº 3/2014

Anexo XI

1.3 - ÁGUA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Antes de saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por trazer a debate uma temática que influenciará a nossa vida quotidiana, infelizmente, mais depressa do que pensamos, permitam-me um voto de congratulação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Pequeno por nos ter convidado a realizar esta sessão nesta Vila.

O meu, o nosso muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Escolheu bem, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para primeiro debate, a água, que os filósofos gregos descreviam como sendo um dos quatro elementos que formavam a Terra.

Qualquer um de nós ao abordar este tema dirá que a água é vida, responsável pelo "equilíbrio do ambiente", um recurso insubstituível em inúmeras actividades humanas.

Mas, durante muito tempo, talvez demasiado tempo, esquecemo-nos que onde não há água, não há vida.

Durante muito tempo, talvez demasiado tempo, considerámos a água um recurso inesgotável, quando apenas 0,27% da água doce do planeta e apenas 0,007% do total de água existente no mundo é considerada potável.

A "crise global da água", expressão utilizada amiúde para referir o crescente desequilíbrio entre necessidades e disponibilidades hídricas, está cada vez mais na ordem do dia dos Governos e organizações não-governamentais, da comunidade científica e académica, imprensa e opinião pública em geral. Crise que advém do facto, de que a disponibilidade deste recurso ser cada vez mais limitado, a sua distribuição geográfica mais desigual, o seu desperdício muito alto e o aumento da sua poluição, tudo isto, aliado a uma inadequada gestão e o seu acesso ser cada vez mais difícil por parte da maioria da população mundial.

Neste preciso momento, enquanto efectuamos este debate, nalgumas regiões do planeta, a falta ou escassez de água gera conflito entre povos que reclamam os seus direitos sobre rios, lagos e outras fontes de recursos hídricos.

A expectativa de que possa faltar água em determinadas regiões do planeta fará com que este recurso se torne uma das matérias-primas mais disputadas, não faltando muito tempo para que seja um dos mais importantes recursos estratégicos, deixando a sua gestão e administração de ser um assunto restrito a cada País, para passar a ter uma dimensão regional, continental, e, por que não admiti-lo, global.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Uma das faces da moeda para toda esta controversa, é, que países como o Canadá e o Brasil detêm, respectivamente, 10% e 8% do total da água doce da Terra, podendo vir, no futuro, a vender água para outras Regiões do Globo, desde que, através de políticas ambientais integradas e eficazes preservem a qualidade dos seus caudais.

A outra face é que segundo dados do Banco Mundial, oitenta países já enfrentam graves problemas por falta ou escassez de água, e para piorar esta constatação, a população está a crescer mais em áreas onde a água já neste momento é escassa.

A "ONU" e outras organizações não-governamentais, tudo têm feito para chamar a atenção para esta problemática, alertando que cálculos mais optimistas apontam que a água faltará para 40% da humanidade daqui a cinquenta anos, enquanto os mais pessimistas, ou realistas, antecipam esse prazo para 2025.

Não é utopia, é uma alternativa cada vez mais real.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Portugal, em termos de recursos hídricos, tem um valor "per capita" duas vezes superior ao de Espanha e, em termos europeus, ocupa uma posição confortável.

Por enquanto, o nosso maior problema, não é a falta de água, mas a desordenada gestão deste recurso, sendo urgente, não só mobilizar a população para que melhore os seus hábitos de utilização, como sensibilizá-la para uma futura escassez deste bem.

Exemplos que atestam esta afirmação: em termos de procura, verifica-se que a agricultura é o maior utilizador de água, com oitenta e sete por cento do total, contra oito por cento para o abastecimento urbano às populações e cinco por cento para a indústria.

De igual modo, é do conhecimento geral que nem toda a água captada é aproveitada, devido, em parte, à ineficiência do seu uso e, por outro lado, às perdas no sistema, sendo necessários urgentes investimentos para ultrapassar estas falhas.

Proteger, preservar, usar com equilíbrio, reduzir o seu consumo excessivo, salvaguardar os rios e ribeiras e combater a sua poluição, tendo sempre presente que a água é um recurso esgotável, inegociável e essencial.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Água é vida, é liberdade.

Quando um ser humano é privado ao seu acesso, as suas escolhas e liberdades estão fortemente condicionadas.

Para Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia, em 1998, "por vezes, a falta de liberdade está directamente relacionada com a pobreza económica, que desapossa as pessoas da liberdade de satisfazer a fome, de obter o alimento suficiente, de conseguir remédios para doenças curáveis, de se vestir e proteger convenientemente, ou de usufruir de água potável ou de serviços de saneamento".

No nosso País, na sequência de um processo que se iniciou em 2000, foram apresentados alguns projectos de "Lei-Quadro da Água", que apontam para "a venda do poder de decidir quem tem acesso à água e por que preço", esquecendo-se o legislador que, sobretudo no Centro e no Norte, sempre se matou por questões de água.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

A bancada do Partido Socialista reafirma que a água é um recurso natural, um bem comum e público essencial à nossa subsistência, daí que deve ser protegido, defendido e tratado como tal.

Fundamentamo-nos em dois preceitos básicos: o acesso à água é um direito humano, por isso universal, indivisível e imprescindível e, sendo a água é um bem comum, não pode ser tratado como um bem apropriável, a título privado.

E sendo bem público, entendemos que a água deve ser gerida pelo Estado, garantindo a sua preservação e o seu uso pela comunidade, tendo, pois, a missão e o dever de mobilizar recursos, sobretudo financeiros, para satisfazer esse direito.

Um dos ainda eurodeputados italianos manifestou a sua preocupação relativamente às implicações políticas, económicas e sociais que a disputa pela água pode causar no futuro, afirmando que "não podemos aceitar que no futuro a água seja uma mercadoria e que a sua gestão seja realizada pelo sector privado."

Subscrevemos por inteiro esta afirmação.

Se os portugueses vierem a assistir à privatização da água, esse acto resultaria, decerto, num aumento do seu preço, e no contexto económico actual e pelo menos de médio prazo, essa decisão viria a privar a população mais carenciada ao seu acesso.

Mais...

Retiraria um direito que está definido na alínea a) do ponto 1, do artigo 84º da Constituição Portuguesa: "a água deverá sempre permanecer no domínio público", o que nos permite afirmar que a sua privatização, não só é imoral, como inconstitucional.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Interrogue-mo-nos, admitindo que a água venha a ser privatizada – tratada como uma mercadoria – quem ganha e quem perde com a decisão?

Ganham, decerto, as empresas de gestão da água; as instituições financeiras; as empresas de consultoria; as indústrias intensivas em água e na área rural as que se dedicam à monocultura de exportação.

Por outro lado, quem virá a ter o seu abastecimento ameaçado?

A população mais pobre, os pequenos agricultores, os defensores do meio ambiente, os habitantes das periferias urbanas, e todos os produtores que não têm acesso às tecnologias adequadas para aumentar a eficiência no uso de água.

Daí, deixar-vos duas questões para reflexão.

Como devemos encarar a água no futuro: como um bem universal, a que o ser humano, sem excepção, tem direito?

Ou tão só, como um bem económico, assumido como uma mercadoria, susceptível de transacção, segundo as leis de mercado?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

O nosso Município, desde 2006, tem vindo a adoptar medidas de contenção de consumo e a promover campanhas de sensibilização, garantindo que a água chega a nossas casas com qualidade e em quantidade.

Reconhecendo que nunca se obtém os resultados desejáveis se não contarmos com a indispensável participação dos cidadãos, importa, pois, que continuemos a empenhar-nos numa generalizada mudança de atitude no sentido de utilizar de modo sustentável os nossos recursos hídricos.

Creio, por isso, ser pertinente recordar a declaração de voto que produzi quando o Executivo da altura debateu e votou a alteração do preço do tarifário da água:

"Todos reconhecemos que a água é um elemento fulcral para a vida, contudo, com demasiada frequência, ouvimos que a água não é um luxo, quando realmente o é, mas paradoxalmente é desperdiçada, ou mal utilizada.

A segunda razão é que, nos habituámos a aproveitar da situação privilegiada do nosso Concelho, em termos deste recurso natural, sem pensarmos nas consequências do seu desperdício, sendo, por isso, necessário estarmos preparados para as medidas que, ainda virão a ser tomadas, a nível individual e colectivo.

A terceira razão é que a água não se fabrica e que esquecemos facilmente que apenas um a dois por cento da água existente no mundo é potável.

A quarta razão, consequência da anterior, é que a preservação deste recurso passa, acima de tudo, por saber utilizar a água racionalmente, sendo imperioso promover o seu uso eficiente, criar novos hábitos de consumo e evitar os desperdícios.

A quinta razão, porque na verdade, existe muito menos água disponível do que poderíamos pensar, o que coloca a problemática da gestão deste recurso essencial à vida e ao desenvolvimento na agenda política e social.

Finalmente, porque os fenómenos de poluição têm agravado a situação, reduzindo a possibilidade de uso da água para consumo humano, fenómeno conjugado com a explosão demográfica dos últimos cento e cinquenta anos, criam uma grave situação, deixando antever que a água irá constituir um dos grandes problemas deste século”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Recordo-me bem da polémica gerada por o Executivo ter decidido aumentar as tarifas então em vigor, mas também não esqueço que após a mudança de tarifário, obtivemos uma poupança no consumo de água, relativamente ao ano anterior, de 26.139.000 l (vinte e seis milhões cento e trinta e nove mil litros).

Como na altura foi referido, reafirmamo-lo hoje: quem não estiver de acordo que o ser humano tem direito ao acesso à água, independentemente da sua condição económica, social, cultural ou outra, reflecta, pare para pensar, actuar, mudar hábitos, ser cidadão consciente, sem egoísmo e com realismo, tentando atingir o objectivo que a todos deve unir: preservar a água, esse bem tão necessário e tão negligenciado por todos nós.

Termino com uma provocação, ou melhor, chamando a atenção para uma oportunidade que não podemos deixar escapar: sendo o nosso Concelho bafejado com cinco albufeiras, sendo uma delas responsável pelo abastecimento de água a dezenas de milhares de consumidores, quando é que nos dispomos a aprofundar a exigência de ser ressarcidos dessa fortuna, em conjunto com os Municípios confinantes com a mesma – Abrantes, Figueiró dos Vinhos, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar e Vila de Rei.

Já pensaram o que uma taxa de 2,5 cêntimos/m³ a ser paga pela empresa distribuidora/fornecedora à Grande Lisboa a distribuir por estes sete Municípios, representaria para o desenvolvimento sustentado desta Zona Interior do País?

Sendo esta Região descriminada negativamente há muitos anos, e continuando a ser, porque não apresentar esta proposta na Comunidade Intermunicipal, a qual não é inédita na Europa onde estamos inseridos.

Ou estamos errados?

14.06.28

Nota: A albufeira do Castelo Bode fornece água a 2.000.000 de pessoas que gastam diariamente cerca de 250 litros/pessoa.

Ata nº 3/2014

Anexo XII

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ

Período Antes da Ordem do Dia

1.3 – Intervenções e Contributos sobre a relevância da água para o Município

Exm^o. Senhor Presidente da Mesa,

Srs. Secretários,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social e Público,

Primeiro que tudo quero congratular-me com o Tema que V. Ex^a. Sr. Presidente da Mesa escolheu para iniciarmos uma série de temas de interesse concelhio.

Todos sabemos que a água é o principal recurso para todas as actividades humanas, é a principal fonte de vida e que em certas sociedades ainda existe escassez, apesar de ser um direito de todos.

Considerando a sua importância para o equilíbrio do corpo humano, poder-se-á dizer que como a história o demonstra, sempre o homem foi atraído para locais onde houvesse água e de preferência em abundância. Infelizmente no nosso concelho isso não aconteceu e vou explicar porquê:

Iniciou-se em 1945 e foi dada por terminada em 1951 a barragem de Castelo de Bode, daí nasceu o maior espelho de água do Rio Zêzere com cerca de 60 km de comprimento, hoje o segundo maior do país a seguir ao Alqueva.

Na época a finalidade da barragem era a produção de energia eléctrica, hoje abastece água a toda a zona metropolitana da capital, é fonte de riqueza turística e de pesca desportiva.

Parte do concelho da Sertã ficou submerso, onde existiam habitações e as melhores terras de cultivo, em contrapartida os proprietários receberam muito pouco e o Município deveria receber uma compensação elevada pela subida das águas, ou como contrapartida termos a energia eléctrica mais barata.

Em 10 de Maio de 2003 foi publicado um novo Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode que veio penalizar o desenvolvimento turístico, pois os autores do documento pouco ou nada ouviram as reclamações apresentadas à tutela.

Apesar disso muito poderia ter sido feito e não foi, basta vermos o lado oposto ao rio com Parques de Campismo, desenvolvimento turístico, novas habitações, ancoradouros, piscinas flutuantes, entre outros e nós a ver navios, além do Juicy Oasis (Hotel do Vale da Ursa) e do Clube Náutico do Trízio nada mais foi feito, estes foram investimentos privados.

O Município teima em construir um Parque de Campismo algures à beira de uma Ribeira seca no Verão, quando o mesmo deveria ser construído junto a uma das aldeias ribeirinhas, quer seja no Trízio, no Moinho da Ribeira, na Foz da Sertã, na Várzea de Pedro Mouro, no Sambado ou no Almegue, é necessário pensar antes de executar para não desperdiçarmos dinheiros públicos. A Barragem de Palhais continua a ser uma miragem, apesar de se falar de vez em quando, pois os investidores estão a pensar.

O Concelho da Sertã é dos concelhos banhados pela Albufeira de Castelo de Bode o que menos tem apostado na grande riqueza das águas do Zêzere um dos potenciais locais turísticos do País, talvez porque o Rio Zêzere não corre na Sertã.

Falando da água não poderia deixar de falar da água da Foz da Sertã, cuja primeira exploração foi concessionada a Joaquim Godinho da Silva por alvará de 08/02/1894, tendo em conta as inúmeras propriedades minero medicinais da referida água, mas acabou por ser Júlio Martins que em 1951, na sequência da entrada em funcionamento da Barragem do Castelo de Bode, construiu o hotel termal junto à fonte. Tudo foi entretanto abandonado após 1974. As instalações foram ocupadas pelo IARN e hoje encontram-se completamente degradadas, durante estas quatro décadas, a empresa proprietária Guilamar, Lda., apesar das tentativas do poder local, não tem demonstrado interesse em proceder à sua revitalização, nem da nascente nem do edifício.

Felizmente hoje mais que nunca tem havido maior abertura por parte do proprietário e creio que a curto prazo, pelo menos as águas irão ser objecto de estudo por parte da U.B.I., seria um bom contributo para a iniciação do turismo termal no nosso Concelho, o que nos daria mais alento e desenvolvimento.

Tenho dito!

Cernache do Bonjardim, 28 de Junho de 2014

Diamantino Calado Pina

Ata nº 3/2014

Anexo XIII

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputados

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Falemos então de recursos naturais.

Poderia começar por vos dizer que a água é um recurso precioso e escasso, cada vez mais escasso e, portanto, cada vez mais precioso.

Acrescentaria que é indispensável criar uma nova cultura da água, que permita um uso sustentável, mudando o modo como este recurso é utilizado, gerido e valorizado.

Depois diria que nós dispomos de muita água. Poderia mesmo afirmar que a Sertã, o único concelho do País com três grandes albufeiras, é o coração do sistema que abastece de água metade da população portuguesa.

No centro de Portugal o coração que bombeia o líquido vital que sacia tantos portugueses. Que bela imagem. Uma imagem que contraria o modo como tendemos a olhar para nós próprios.

Uma imagem de riqueza e não de carência. De proximidade e não de isolamento. De oportunidades e não de problemas.

Mas, seguindo esta linha de raciocínio, argumentaria que, apesar de termos muito para dar em recursos hídricos, os outros não valorizam o nosso contributo, tendem a ignorar-nos na nossa distância e não nos garantem as oportunidades que merecemos.

E assim retornaria ao discurso das carências, do isolamento e dos problemas. O discurso de quem espera que os outros resolvam os seus dilemas.

Em vez de seguir por esse caminho, prefiro contar-vos uma estória. Uma pequena estória bem ilustrativa.

Era uma vez uma praga. Uma praga que assolou as nossas águas. Uma praga que veio de fora e estragou as nossas ribeiras e o nosso rio.

Que desgraça, que maleita, que tremendo infortúnio. As hortas eram atacadas, as culturas destruídas.

Os pescadores atribuíam a essa praga a diminuição das suas pescarias. Será, inquiriam os banhistas, que se pode nadar nas nossas águas sem se ser importunado?

Reclamou-se ajuda para eliminar a praga. Foram pedidas indemnizações para cobrir os prejuízos.

E que praga era essa, tão terrível, tão destrutiva? Era o lagostim, o malfadado lagostim do rio.

Pois é, o lagostim. Ora, como sucede tantas vezes, viu-se o problema, mas não se viu a oportunidade.

Os espanhóis, esses sim, viram a oportunidade onde nós só vimos o problema. Para eles o lagostim é uma riqueza a explorar. Os seus camiões vieram até nós. E partem, levando a sua carga de lagostins para o mercado do país vizinho onde têm escoamento assegurado.

O importante é, na verdade, ver em cada problema uma oportunidade. E não a desperdiçar.

Há cerca de 15 anos, talvez mais, escrevi um artigo na Comarca da Sertã. Nele alertava para a importância económica do lagostim. Louvava o seu valor gastronómico.

Ofereci então aos restaurantes do concelho a receita do delicioso creme de lagostim da minha mãe. E sugeria que se organizasse um festival do lagostim. Dava, a propósito, o exemplo do que se fazia num município americano.

É certo que os americanos fazem as coisas à sua maneira. Eles não organizam festivais de gastronomia. Organizam festivais, ponto. Grandes festas coletivas.

Neles tudo é um espetáculo: competições de pesca de lagostins à mão, concursos de receitas caseiras de lagostins, corridas de lagostins, até provas para ver quem devora mais lagostins em sessenta segundos. O certo é que assim atraem imensos visitantes.

Bem, se não fizéssemos à americana, faríamos à portuguesa. Podia não ter sido na Sertã. Por que não aqui, em Pedrógão Pequeno, com a sua barragem, duas albufeiras, ribeiras, paisagens e espaços privilegiados? Pois bem, há quinze anos perdi o meu tempo: nada se fez.

Imaginem, decerto, a minha surpresa quando descobri recentemente que em abril o concelho de Ferreira de Zêzere organizou a sétima, digo bem, a sétima edição do Festival gastronómico do Lagostim do Rio.

O seu lema é tão delicioso quanto os lagostins: “Se não podemos vencê-los, vamos comê-los”.

Ao menos em Ferreira de Zêzere a praga aquática transformou-se numa iguaria no prato.

Estarei eu a sugerir que o lagostim do rio poderia ser a solução para a Sertã? Claro que não!

Mas será que defendo que o lagostim podia fazer parte da solução? Claro que sim!

Porque uma coisa é certa: não vamos encontrar o nosso futuro na criação de mais serviços públicos. É certo e sabido que não pode ser o Estado central, nem as autarquias, a criar mais empregos.

Nem vamos encontrar a solução atraindo empresas com subsídios ou baixos salários. Quando terminassem os subsídios, quando noutro lado encontrassem salários ainda mais baixos, pura e simplesmente as empresas desapareceriam. Como já sucedeu.

O primeiro passo para assegurar a fixação do desenvolvimento no território – repito a expressão porque é absolutamente essencial -, o primeiro passo para assegurar a fixação do desenvolvimento no território, no nosso território, não é trazer para cá o que não temos, mas aproveitar tudo o que já temos.

Seja a água das barragens e das represas ou o vento das eólicas, seja o maranho ou a resina, o medronho ou a biomassa. Seja a madeira, o mel, os frutos silvestres, as ervas medicinais. E, porque não, também os lagostins.

Porque o nosso futuro é a bioeconomia. Como zona do interior, com muita natureza, com muita água, com muitos produtos naturais, a solução é a bioeconomia.

Mas não basta ter o que temos. É preciso saber aproveitar o que temos. Valorizar o que temos. E apoiar quem tem novas ideias sobre a sua produção e sobre a sua comercialização.

Se quisesse complicar usaria agora palavras difíceis como desafios do empreendedorismo ou oportunidades da empresarialidade em meio rural.

Falemos uma linguagem muito mais simples.

Os nossos melhores recursos bioeconómicos são as ideias inovadoras de todos aqueles, os jovens e os menos jovens, que estão cheios de vontade de fazer coisas. As ideias e a vontade daqueles que vêem oportunidades onde outros só vêem problemas.

Se não tiverem alternativa, partem e vão ter sucesso noutra local.

Mas, se puderem, ficam na terra que adoram, fazendo aquilo que gostam junto daqueles que amam.

Há que dar um primeiro impulso. Proporcionar instalações. Desbravar a burocracia. Esclarecer a lei. Preparar para o mercado, mesmo o internacional. Por em contacto com setores inovadores da investigação e das novas tecnologias.

E criar mecanismos de financiamento. Para que não se perca nenhuma ideia válida. Para que nenhuma oportunidade deixe de ser explorada por falta de alguns milhares de euros.

É por isso que é importante, diria mesmo mais, que é decisivo por a funcionar verdadeiras incubadoras de empresas. Incubadoras que, por exemplo, se inspirem na primeira incubadora nacional especializada em bioeconomia, sediada em Oliveira do Hospital.

Este é o grande recurso bioeconómico: o dos que querem ficar cá, que anseiam por poder ganhar a sua vida aqui, que sonham poder criar os seus filhos na sua terra e que têm ideias para promover o que temos.

As nossas mulheres e os nossos homens, com ideias e com vontade, são eles o nosso melhor recurso natural.

Muito obrigado.

Ata nº 3/2014

Anexo XIV

2.1 – Apreciação da Actividade Municipal

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo apresentou as linhas gerais do seu plano estratégico até 2020.

Segundo a comunicação social e agora confirmado pela informação do Senhor Presidente da Câmara, o Plano Estratégico desta Comunidade assenta em cinco vectores: coesão social, competitividade, inovação, sustentabilidade energética e num modelo de gestão supra-municipal.

Sem conhecer o conteúdo do documento não me irei pronunciar, mas, em princípio, aprecio os vectores em que irá assentar a estratégia da Comunidade até 2020, estranho porém, que não sejam contempladas áreas como a floresta e o turismo.

Solicito ao Senhor Presidente, caso o Plano Estratégico já estiver disponível, que o mesmo me seja remetido para análise e posterior debate sobre o mesmo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Salientar a iniciativa da Câmara em criar o "SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta" e uma incubadora de empresas visando, nomeadamente, apoiar os jovens e desempregados da Região, a "INSER - Incubadora da Sertão".

Espera-se que estas acções façam regredir a chaga do desemprego que também vai afligindo o nosso Concelho.

Daí trazer à colação para reflexão, as palavras do Papa Francisco, que ainda há dias referiu que "o trabalho está ligado à dignidade e o flagelo do desemprego contribui para que muitos homens e mulheres desempregados não possam ter "dignidade de levar o pão para casa".

Recordou que as causas do "gravíssimo problema do desemprego que atinge vários países europeus, é consequência de um sistema económico que já não é capaz de criar trabalho, porque colocou no centro um ídolo, que se chama dinheiro".

Urge pois colocar "a pessoa no centro, e não o dinheiro, para consolidar uma atitude de solidariedade e partilha fraterna, que leve a sair do pântano uma época económica e laboral cansativa e difícil".

A estas sábias palavras, acrescento que o desemprego não acaba por lei, mas sim se houver empreendedores e empresários que arrisquem, que façam nascer novas empresas, descubram novos mercados e novas oportunidades.

No último mês de Março, o Instituto de Emprego e Formação Profissional contabilizava no nosso Concelho, 895 (oitocentos e noventa e cinco) desempregados, salientando-se que 461 (quatrocentos e sessenta e um) estão sem trabalho há mais de um ano, 119 (cento e dezanove) procuram o primeiro emprego e 97 (noventa e sete) destes inscritos usufruem de formação superior, números que talvez pudessem ser minimizados se existisse na nossa Região, por exemplo, uma maior cooperação entre os

Municípios, e uma abordagem diferente a esta problemática "baseada na justiça e solidariedade para procurar a maneira que todos tivessem a possibilidade de desenvolver uma actividade laboral digna".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Assinalar e relevar três acontecimentos em Cernache do Bonjardim:

Saudar o Centro Social S. Nuno de Santa Maria, que acaba de ver certificado o seu Sistema de Gestão de Qualidade.

Corroborando as palavras do seu Presidente Joaquim Patrício, só foi possível atingir este patamar pelo "rigor e exigência que colocamos nos serviços que prestamos, aliados à matriz social que nos caracteriza".

Parabéns aos atletas, equipe técnica e dirigentes do Grupo Desportivo Vitória de Sernache, justo vencedor do Campeonato Distrital de Futebol de Castelo Branco e da Taça da Associação.

Salientar a grande adesão popular que teve a segunda edição da Romaria S. Nuno de Santa Maria, que incluía o XXXI Festival de Folclore de Cernache do Bonjardim, promovido pelo Rancho Folclórico e Etnográfico de Cernache do Bonjardim.

Congratulamo-nos com a presença dos milhares de peregrinos que a esta Vila acorreram, a quem foi oferecida uma excelente programação profana-religiosa.

Felicita-se a União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais, não só pela realização de mais uma edição da Romaria, mas também pelo êxito alcançado, nas áreas social, recreativa e desportiva, pelas três entidades referidas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Razão tem quem afirmou que "apenas nos deveria surpreender o ainda podermos ser surpreendidos".

Sinceramente, não queria acreditar no que estava a ler!

Como foi possível que os autarcas dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Pedrógão Grande e Sertã, após uma reunião conjunta, decidissem solicitar à Direcção Regional de Educação do Centro que emitisse um parecer desfavorável à criação de um pólo da Escola Profissional Agostinho Roseta, em Figueiró dos Vinhos.

Embora compreenda e até possa estar de acordo com as preocupações expressas pelos quatro autarcas, das quais relevo, a existência e a quebra de frequência nas várias escolas profissionais e secundárias existentes nos citados Concelhos, não posso concordar com a forma que escolheram para dar conhecimento da vossa posição.

Queiram ou não, são posições públicas como esta que dão força aos adversários do Interior.

Ao fazê-las, não tiveram em conta que, embora as debilidades do Interior sejam comuns às que perpassam no País, as nossas fragilidades são mais agravadas pelo factor interioridade, circunstância mais que decisiva para não dar trunfos a qualquer adversário.

Episódios como este são o que qualquer Governo Central deseja, pois revelam a nossa desunião.

Ao fazê-las, não tiveram presente, que o Interior tem sido um joguete da maioria dos Governos, e que além de esquecido, tem perdido os seus poucos sectores produtivos.

No futuro, caso surja um problema parecido, ultrapassem as desavenças e dêem as mãos, pois só assim, mostraremos que somos fortes, que estamos unidos para influenciar a mudança de políticas, e que em conjunto

determinamos processos de cooperação, de parceria, de valorização cultural, de coesão social, de protecção ambiental, enfim de desenvolvimento económico sustentado.

A experiência ensinou-me que a maneira de encontrar a melhor solução para os problemas, é nunca os colocar nas mãos de terceiros, pois isso será sempre uma vantagem para o adversário.

Não foi o que aconteceu no caso presente.

Uma vez mais a solidariedade intermunicipal não funcionou – e creiam que alguém se está a rir – em virtude de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Sertã não terem conseguido gerar cumplicidades para ultrapassar e resolver um problema que se colocou a cinco Municípios do Interior.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, que como é do conhecimento geral, tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local, comemorou no passado dia 20 de Maio, os seus trinta anos de existência.

Trinta anos em que os Municípios Portugueses tiveram um papel preponderante na consolidação das infra-estruturas e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento de cada Concelho.

Terminado este ciclo, acredito que nos próximos tempos, a estratégia autárquica passará por assumir novas responsabilidades.

Creio que aos Municípios Portugueses vai estar reservada a assumpção e o desempenho de tarefas relevantes em áreas como a educação, o combate à pobreza e exclusão social, o empreendedorismo, o apoio às pequenas e médias empresas e às instituições da sociedade civil e na salvaguarda do ambiente e do património histórico e cultural.

Nas pessoas de Torres Pereira, Mário de Almeida, Fernando Ruas, Manuel Machado e Artur Trindade, a bancada do Partido Socialista endereça os seus sinceros parabéns, esperando que a “ANMP” continue a prestigiar o Poder Local em Portugal e no Estrangeiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Faleceu, ontem, o presidente da Associação Nacional de Freguesias, o Joaquim Leite Cândido Moreira.

Homem de grande simplicidade, sempre se destacou pela sua vida cívica, quer no exercício das funções de professor, quer de autarca ao serviço das populações que o elegeram.

Lutador incansável pela autonomia e pelo prestígio do poder local garantiu sempre uma grande proximidade com os cidadãos e com os seus anseios.

Durante estes meses à frente da “ANAFRE” assegurou um bom diálogo e o respeito de todas as forças políticas.

Fica mais pobre a democracia e o poder local.

Apresentamos as nossas mais sentidas condolências à sua família e à “ANAFRE”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Não podia terminar esta minha intervenção, sem que felicitasse a nossa conterrânea Joana Margarida Pires Lopes, vencedora incontestável da primeira edição do Prémio de Literatura Infantil do Pingo Doce, com o texto “De onde vêm as Bruxas”, entre mais de mil e quinhentas obras apresentadas.

De igual modo um duplo parabéns para o Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara Municipal da Sertã: pelos excelentes resultados

alcançados pelos jovens nadadores e pelo penta campeonato intermunicipal de "futsal".

2014.06.28